

Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde realizada aos doze dias do mês de julho de dois mil e seis

Estiveram presentes à reunião: Sra. Ana Paula S. Augusto, representante dos trabalhadores de saúde dos serviços privados; Sr. André Luiz C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; Sra. Antonia Bersi, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sra. Cristiane S. Ferreira, representante do Movimento Sindical; Sr. Ercindo Mariano Jr, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste e Presidente do Conselho; Sr. João Xavier, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Dr. José Francisco K. Saraiva, Secretário Municipal de Saúde; Sr. José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Sra. Leonilda B. Cabrera, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Lígia Ap. N. De Almeida, representante dos serviços de saúde municipais; Sra. Maria Ivonilde Vitorino, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Dra. Mary Angela Parpinelli, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sr. Paulo Sérgio Gomes, representante do Movimento Sindical; Dr. Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Renato S. Santos, representante das associações de aposentados; Dr. Rober T. Hetem, representante do Hospital Mário Gatti; Sra. Solange Ap. De Moraes, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Dra. Taniella C. Mendes, representante das entidades de classe; Sr. Waldomiro Aprile Jr, representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Isabel P. de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Dra. Ivanilde Ribeiro, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Sr. José David Santomauro, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dra. Maria Cecília B. Piovesan, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Maria Helena Nogueira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Silvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; Vereador Francisco Sellin; funcionários da Secretaria de Saúde; conselheiros locais de saúde. Justificaram ausência: Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUC Campinas; Sra. Edna F. Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Ezenilda S. Silva, representante dos portadores de deficiência e/ou patologias; Sr. Gustavo M. Frias, representante do Movimento Sindical; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Dr. Luiz Carlos Zeferino, representante da UNICAMP; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste. Faltaram: Sra. Carla R.L. Trigo, representante dos hospitais filantrópicos; Sra. Cristina R. Silva, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Sr. Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Nadja M.M. Abdalla, representante da Diretoria Regional de Saúde; Dr. Odorino H. Kagohara, representante da PUC Campinas; Sra. Soeli A.M. Gava, representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Suely F. de Oliveira, representante do Movimento Sindical.

A pauta da reunião constou dos seguintes itens: 1) Assistência à Saúde Mental; 2) Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira.

Luciana – coord. CAPS Integração – pede apoio do CMS para completar a equipe. Sr. Junior iniciou a reunião informando a realização do Fórum de Saúde Mental, no dia 29.07. Informou também realização de eleição dos CLS Campina Grande e CDHU. Sr. Xavier, em nome da comunidade, agradeceu ao Secretário pela negociação do terreno do CS Parque Ozil, em nome da comunidade. Sra. Maria Helena comunicou a realização das pré-conferências do idoso, a saber: região norte, dia 10.08, na Igreja do Rosário; região sul, 17.08, SESC Amoreiras; região leste, 24.08, Igreja Divino Salvador; região sudoeste, 05.09, Igreja São João; região noroeste, 12.09, Igreja Maria Mãe do Povo. Todas as Pré-Conferências serão realizadas no período das 9 às 16 horas. Sr. Junior comunicou que a partir do dia 10.07 a coleta de exames laboratoriais do Hospital e Maternidade Celso Pierró estava sendo realizada à Rua OswaldoOscar Barthelson, 713, Jd. Londres, de 2ª a 6ª feira, das 7 às 11 horas. Sr. Renato informou o início, no dia 11.07, do cadastramento do bilhete único para os idosos. Foi feita leitura de carta aberta à população, assinada pelo Movimento Popular de Saúde (MOPS), CEBES (Centro Brasileiro de Estudos da Saúde – Núcleo Campinas), Sindicatos dos Metalúrgicos, Químicos, Correios, Construção Civil, Condutores e Eletricitários, sobre a situação da saúde no município, apresentando como reivindicações a ampliação do orçamento, realização de concurso público, democratização da gestão e ampliação do acesso às especialidades e fim das filas. Terminados os informes, passou-se a palavra ao Sr. Fábio, Diretor do Fundo Municipal de Saúde, para que fizesse a apresentação da prestação de contas dos Termos Aditivos nºs 01, 02 e 03/05 com a Secretaria de Estado da Saúde, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros. Esclareceu que, ao contrário do Ministério da Saúde, que exige que os projetos sejam aprovados pelo Conselho com antecedência, a SES repassa os recursos e exige a prestação de contas a posteriori e que os repasses são suspensos caso não seja cumprida essa formalidade. O TA nº 1 ao convênio celebrado em 10.05.05, no valor de R\$ 10.050,00, era referente a aquisição de medicamentos do Programa de Incentivo à Regulação Médica da Assistência Hospitalar; o TA nº 2 ao convênio celebrado em 16.08.05, no valor de R\$ 12.150,00, referia-se a aquisição de medicamentos e materiais, no 1º trimestre de 2005, e o TA nº 3 ao convênio celebrado em 04.10.06, no valor de R\$ 10.600,00, referia-se a aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, no 2º trimestre de 2005. Os recursos dos três termos aditivos foram recebidos pela Secretaria de Saúde e repassados ao Hospital Mário Gatti, que comprovou sua utilização através da apresentação de notas fiscais. Aberta a palavra aos presentes, manifestaram-se os senhores Paulo Sérgio, Porsani, questionando se esses valores já tinham sido discutidos no CLS do Hospital Mário Gatti e manifestando indignação com o valor que a SES destina ao nosso município. Respondendo às questões, Dr. Rober esclareceu que o CLS Mário Gatti se reúne mensalmente e seu conselho fiscal verifica todas as contas. Além disso, o balancete do hospital é encaminhado ao CLS a cada dois meses, discutido e aprovado, bem como encaminhado ao Prefeito e à Câmara. Sr. Junior ponderou que o CMS deveria aprovar a prestação de contas, mas considerou que deveria ser colocada a ressalva de que o Estado de São Paulo não se empenha com o financiamento da Saúde e não cumpre a EC 29. Colocados em votação, os Termos Aditivos foram aprovados pelos conselheiros presentes com 2 abstenções. Terminado esse ponto, foi passada a palavra à Sra. Elza, coordenadora de Saúde Mental, para que apresentasse as questões relativas à assistência nessa área, apresentação que se baseou em documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva do Conselho. Sra. Elza apresentou um resumo do relatório final da 7ª conferência referente à saúde mental, bem como o quadro geral dos gastos com Saúde Mental. Apresentou também um quadro geral dos gastos com saúde mental que corresponde a mais de 8,5% do orçamento mensal da Secretaria, dos quais 72% são repassados para o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, sendo 64% gerenciados pelo próprio Serviço e os demais 8% destinados a contratação de recursos humanos e despesas para serviços gerenciados pela Prefeitura. Colocou que não há previsão de ampliação de recursos a curto e médio prazo e que a distribuição dos recursos pode ser revista, levando-se em conta as necessidades apontadas na Conferência e as diretrizes da Reforma Psiquiátrica. Apresentou as premissas para o planejamento de Saúde Mental, quais sejam: redesenhar a proposta para a área, considerando os recursos disponíveis e as necessidades do município, indicando os equipamentos necessários e estabelecendo tetos de gastos para cada um, independente de quem o gerencia, redistribuindo os recursos de forma a operacionalizar de forma mais imediata a proposta desenhada. Sobre o convênio com o Cândido Ferreira apresentou as seguintes propostas: que haja uma separação clara entre os gastos relativos à Saúde Mental e os relativos aos outros acordos entre o Serviço e a Prefeitura; que o Termo Aditivo para a assistência em saúde mental seja único, havendo outro TA que defina as contratações e despesas que o Cândido Ferreira faz para serviços de saúde mental gerenciados pela Prefeitura; que o repasse financeiro seja feito mensalmente por prestação de contas e não mais por um valor global fixo, respeitando os tetos estabelecidos no planejamento. Em seguida apresentou tabela com a média dos gastos com cada serviço de SM no município no último trimestre de 2005, bem como tabela de gastos mensais com cada serviço indicando a instituição responsável pelo pagamento dos gastos. Em seguida, passou-se a palavra ao Sr. André para que fizesse a apresentação sobre o Serviço de Saúde Cândido Ferreira, apresentação essa conforme documento encaminhado aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva do Conselho. Sr. André apresentou histórico do serviço, sua inserção na saúde mental do município, além de dados referentes a capacidade de atendimento, despesas por tipo e por centro de custo, recursos humanos, custo/vaga e custo/paciente, déficit atual, passivo atual e balanço. Colocou que o Serviço enfrenta 2 tipos de problemas, quais sejam: um déficit que remonta a janeiro de 2000 e um descompasso entre as despesas incorridas nas contratações para a Secretaria de Saúde e o repasse a tempo dos recursos necessários a sua cobertura, tendo como consequência a dificuldade de garantir o pagamento dos encargos sociais. Colocou, ainda, que o balanço fechado em 2005 apresentou patrimônio líquido menor do que o déficit acumulado no ano, considerando que, a continuar nesse ritmo, pode ficar negativo antes do final do ano. Terminada a apresentação, foi aberta a apresentação, considerando a prestação de serviços excelente e colocando que todos seriam co-responsáveis pela situação. Lamentou o fato da discussão ter sido postergada por tanto tempo e enfatizou a necessidade de se discutir qual é o papel que se quer que o Cândido exerça no município. Informou que, apesar da receita do Serviço ter mais que quintuplicado em 5 anos, o déficit vem aumentando ano após ano, sendo necessário averiguar o que vem causando esse problema. Manifestaram-se ainda os senhores Paulo Sérgio, Solange, Terezita (CLS CAPS Integração), Cláudio (CLS Taquaral), levantando as seguintes questões: discussão sobre o aumento de aporte de recursos só deverá ser feita após a definição do papel do Serviço; falta de participação do Estado no financiamento; necessidade de esclarecimento sobre custo dos pacientes; problemas advindos da contratação de recursos humanos pelo Serviço. Sra. Elza insistiu que se pense o planejamento da Saúde Mental separado das demais questões referentes ao Cândido, pois é necessário que se discuta Saúde Mental como um todo, independente de ser Secretaria de Saúde ou Cândido. Dra. Cecília esclareceu que no primeiro semestre do ano passado realmente houve um atraso no repasse do Ministério, mas que nesse ano foi conseguida uma suplementação orçamentária de R\$ 6 milhões, dos quais já foram repassados R\$ 2 milhões. Colocou que deverá ser feito repasse de R\$ 1 milhão por mês e que, portanto, como está garantido o aporte mensal de recursos, não tem sentido aumentar a dívida nesse ano. Reforçou que não há recursos novos previstos pelo Ministério da Saúde, tornando necessário o remanejamento de recursos. Com relação às questões colocadas sobre os agentes comunitários de saúde, Sra. Silvia, Diretora de Recursos Humanos da Secretaria, esclareceu que não foi possível a contratação pela Prefeitura porque, além de não existir o cargo, não era possível a realização de concurso público, uma vez que um dos pré-requisitos para o agente é morar na área de abrangência da Unidade. A contratação pela Prefeitura só será possível com a entrada em vigor da Emenda Constitucional que trata desse assunto. Com relação ao apelo feito pela Coordenadora do CAPS Integração para que fosse feita a contratação emergencial de profissionais para aquela Unidade, bem como para o CAPS David Capistrano, esclareceu que foi solicitada ao Cândido, estando a Secretaria aguardando resposta sobre a possibilidade de fazê-lo. Antes de passar a palavra ao Secretário, Sr. Junior colocou que aquela era uma primeira reunião para discutir as questões relativas à Saúde Mental do município, mas que era necessário resolver, com a maior urgência possível, a contratação dos profissionais para o CAPS. Dr. Saraiva colocou que havia duas vertentes de discussão, uma técnica, que era a saúde mental de Campinas e a inserção do Cândido nesse cenário; a outra, a desassistência financeira provocada pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde. Dada a gravidade da situação do CAPS Integração, após várias considerações, tanto de profissionais da Secretaria quanto do Cândido Ferreira, foi solicitado que seja feita, com a maior urgência, reunião do Conselho Diretor daquele Serviço para que possam ser tomadas todas as providências para regularizar a situação. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

